
O DESENVOLVIMENTO RURAL A PARTIR DE ESTUDOS E DE TRABALHOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS (2000-2019): ANÁLISE LEXICAL POR MEIO DO SOFTWARE IRAMUTEQ

*The rural development from brazilian studies and scientific works (2000-2019):
lexical analysis through Iramuteq Software*

Francisco Laercio Pereira Braga

Economista. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Rural (PPGER) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Curso de Administração de Empresas da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: laercio.braga@uece.br

Filipe Augusto Xavier Lima

Engenheiro agrônomo. Doutor em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Rural (PPGER) da UFC. E-mail: filipeaxlima@ufc.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo realizar uma revisão teórica sistemática sobre o tema desenvolvimento rural no cenário brasileiro, entre os anos de 2000 e 2019, sob a luz da análise lexical. Em termos metodológicos, optou-se pelo levantamento de estudos e de trabalhos científicos nacionais, a partir dos anos 2000, que tinham, entre suas palavras-chave, a expressão “desenvolvimento rural”. Assim, ao todo, foram selecionados 23 artigos, que foram resumidos e codificados. Para a análise lexical, optou-se pelo *software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ). Os resultados da pesquisa demonstraram que o *corpus textual* foi subdividido em seis *clusters*. A combinação dos *clusters* 6 e 3 tendem a ter mais afinidade entre si, assim como aconteceu com as classes 4 e 5. Com os resultados, deduz-se que o desenvolvimento rural está, de alguma maneira, em conexão direta com os vocábulos político, públicas, social, econômico, capacitação, região, território, inovação, cooperação, urbano e rural. O termo desenvolvimento rural tem sua centralidade no *corpus*, pois é a expressão mais utilizada pelos artigos científicos selecionados.

Palavras-chave: Revisão sistemática; Análise multidimensional; Cluster de vocábulos; Estratégias de desenvolvimento; Iramuteq.

Abstract: This article aims a systematic theoretical review on the rural development topic in Brazilian scenario between the years 2000 and 2019 under the light of the lexical analysis. Methodologically, it was decided to draw up national scientific articles from the 2000s, which had, among their keywords, the expression rural development. Thus, altogether, twenty-three articles were selected which were summarized and codified. For the lexical analysis, we chose the software *IRAMUTEQ* (Interface for Multidimensional Analyzes of Textes et de Questionnaires). The results of the research demonstrated that the textual corpus was subdivided into six clusters. The combination of clusters 6 and 3 tend to have more affinity with each other, as it did with classes 4 and 5. From the results, it can be deduced that rural development is somehow in direct connection with the words political, public, social, economic, training, region, territory, innovation, cooperation, urban and rural. The term rural development is central in the corpus, since it is the most used expression in the twenty-three selected scientific articles.

Keywords: Systematic review; Multidimensional analysis; Words cluster; Development strategies; Iramuteq.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco principal o tema desenvolvimento rural e sua trajetória mais recente no Brasil. Inicialmente, deve-se ressaltar que a discussão sobre a ideia de desenvolvimento associada aos territórios rurais remonta, pelo menos, dos últimos quarenta anos do século passado e que foi estimulada pelo Estado brasileiro e por organismos internacionais.

Viu-se, na cronologia, que a noção de desenvolvimento incorporou, ao longo dos anos, o desenvolvimento rural atrelado às políticas de modernização da agricultura e transferência de tecnologias, particularmente nas décadas de 1960 e 1970. Naquele momento, a própria ideia de desenvolvimento apresentava o seu viés quase que exclusivamente agrícola, no sentido de aumentar a produtividade no campo. No entanto, não se preocupava com outros pontos relevantes, como a questão agrária, agravada justamente pelo modelo de desenvolvimento rural adotado no país nas referidas décadas.

Como as benesses da modernização não foram estendidas para todos os agricultores brasileiros, os efeitos contraditórios dessa fase foram sentidos, principalmente, entre os pequenos produtores menos capitalizados. Assim, na década de 1980, emergiram-se, ainda que de forma pouco expressiva, políticas voltadas ao combate da pobreza rural, que foram ampliadas na década seguinte. Todavia, é possível dizer que foi somente na passagem para o século atual que o tema desenvolvimento rural ganhou uma nova concepção, sobretudo, após a incorporação de algumas de suas temáticas correlatas, hoje reconhecidas e consideradas essenciais para a sua consolidação. São elas: a sustentabilidade ambiental; a agricultura familiar enquanto categoria social e política; a pluriatividade e sua importância para as famílias rurais; questões de gênero e juventude; soberania e segurança alimentar, dentre outras.

De forma mais direta, e levando em consideração o debate teórico mais contemporâneo sobre o desenvolvimento rural no Brasil, Schneider (2010) apresenta quatro abordagens principais sobre o tema: i) instituições, inovações e sustentabilidade, pautada na importância da agricultura familiar e seu papel dinamizador das economias locais; ii) o novo rural brasileiro (atividades não agrícolas e políticas compensatórias), derivada do Projeto Rurbano e do entendimento de que o meio rural do final do século XX já não podia ser considerado exclusivamente agrícola; iii) a “força da tradição” e os limites históricos e sociais do desenvolvimento rural, vertente que analisa os obstáculos que impedem mudanças tanto estruturais como de natureza sociocultural, por conta da tradição política de tipo tradicional e patriarcal presente no meio rural; e, iv) um enfoque agroalimentar para o desenvolvimento rural, que aborda as formas de integração dos pequenos produtores nas cadeias agroindustriais ou agroalimentares, e que preocupa-se com os aspectos sociais desse processo.

Destarte ao exposto, elegeu-se a questão norteadora da pesquisa: qual o panorama teórico brasileiro sobre as discussões acerca do desenvolvimento rural entre 2000 e 2019, a partir de uma perspectiva lexical? Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é realizar uma revisão teórica sistemática sobre o tema desenvolvimento rural no cenário brasileiro para o período delimitado sob a luz da análise lexical. Paralelamente, objetivou-se apontar os possíveis *gaps* teóricos relevantes a serem considerados para a utilização em futuros estudos e trabalhos e científicos. Em termos metodológicos, optou-se pela seleção de 23 artigos e textos científicos nacionais, que fazem parte de um total de 100 artigos/textos do programa da disciplina Teorias do Desenvolvimento Rural, do Programa de Pós-Graduação em Economia Rural (PPGER) da Universidade Federal do Ceará (UFC), e que foram publicados de forma on-line em periódicos brasileiros a partir de janeiro de 2000 até maio de 2019.

A opção por se trabalhar com uma revisão sistemática deve-se à característica de ser uma forma de pesquisa que emprega, como fonte de dados primários, a literatura sobre um determinado tema específico. De acordo com Galvão e Pereira (2014), as revisões sistemáticas se utilizam, como dados primários, de trabalhos científicos para integrar o corpo textual da análise. Para Sampaio e Mancini (2007), esse tipo de estudo expõe um apanhado de evidências relacionadas a um objeto particular, por meio do emprego de métodos explícitos e estruturados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada. Os autores complementam, ainda, que esse tipo de revisão proporciona um conjunto de estudos obtidos, separadamente, em um determinado espaço de tempo, sobre o tema, que

podem, por sua vez, apresentar argumentos/resultados concordantes ou discordantes, assim como evidenciar orientações para estudos a serem desenvolvidos posteriormente.

No que diz respeito à relevância e contribuições deste estudo, pode-se apontar dois aspectos. O primeiro refere-se ao ineditismo do uso do *software* IRAMUTEQ no estudo teórico sobre desenvolvimento rural. O segundo pela importância desse tipo de estudo lexical focado na referida temática, o que proporciona a identificação de *gaps* teóricos existentes no conjunto textual analisado. Esse *software* caracteriza-se como um método de análise de *corpus* textuais, com o intuito de apresentar a estrutura e a organização de discursos/argumentos e, por fim, informar as relações entre os mundos lexicais mais frequentes.

Assim, de acordo com Lahlou (1994), a pesquisa documental, ou a revisão teórica sobre determinado tema, como está sendo tratado neste artigo, constitui um campo de pesquisa, que tem especificidade própria, exatamente na fronteira da ciência da computação, inteligência artificial, linguística quantitativa e estatística. Dessa maneira, considera-se que os resultados obtidos do IRAMUTEQ podem trazer importantes subsídios aos debates, que envolvam dados textuais sobre o desenvolvimento rural.

Entretanto, deve-se salientar que, a partir de 2015, o *software* IRAMUTEQ começou a ser utilizado como elemento metodológico auxiliar na análise de conteúdo e discurso, inicialmente na área das Ciências da Saúde e, posteriormente, ganhou espaço em outras áreas de conhecimento, como nas Ciências Sociais, por exemplo. No contexto rural, os estudos atuais, em sua grande parte, utilizam-se dessa ferramenta metodológica em pesquisas de campo para análise de entrevistas, tais como os trabalhos de Melo (2018), Souza (2018) e Salgado, Dias e Souza (2020). No âmbito da pesquisa teórica sobre a temática desenvolvimento rural, a ferramenta metodológica ainda não foi explorada de forma aprofundada. Por esse motivo, dentro de um conjunto de artigos/textos de relevância teórica já exposta na literatura, este trabalho utiliza-se deste *gap* para contribuir com debates já existentes e levantar outros elementos para novos estudos.

Este artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução, assim discriminado: i) marco conceitual e analítico do desenvolvimento rural; ii) aspectos metodológicos, com a exposição da escolha do *software* IRAMUTEQ para análise dos dados a partir do *corpus* textual; iii) resultados e discussão, com a apresentação dos dados obtidos a partir da utilização do IRAMUTEQ; e iv) considerações finais.

2 MARCO CONCEITUAL E ANALÍTICO: INTERFACES ENTRE DESENVOLVIMENTO E O MEIO RURAL

Joseph Schumpeter, no início do século XX, foi o grande precursor nas teorias envolvendo inovação a partir do lançamento da primeira versão de *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. O desenvolvimento, segundo o autor, caracteriza-se como um processo de mudança espontânea e descontínua, o qual apresenta a inovação como consequência de novas combinações. Tal mudança estaria associada ao menos por um dos cinco casos seguintes: i) introdução de um novo bem; ii) introdução de um novo método de produção; iii) abertura de um novo mercado; iv) conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados; e v) estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma nova posição de monopólio (SCHUMPETER, 1982).

Neste quadro, de acordo com Rosenthal (2011), o ritmo de desenvolvimento econômico de um país dependerá, portanto, de sua capacidade de inovação. O autor complementa, ainda, que a capacidade inovativa e o nível de desenvolvimento de um país podem ser vistos como dependentes da proporção de bens e serviços de alta tecnologia na sua produção.

De certo, a palavra “desenvolvimento”, no século XIX, assimilou uma multiplicidade de conotações, fato que a afastou da precisão de seu significado. No entanto, notava-se que o termo “desenvolvimento” não conseguia se afastar das palavras às quais foi criado: crescimento, evolução, maturação.

Já no período Pós-Segunda Guerra e Guerra Fria presenciou-se um desenvolvimento resultado do poder tecnológico, do volume dos bens e dos serviços produzidos e, também, das trocas comerciais (SACHS, 1994; ESTEVA, 2000).

Segundo Veiga (2010), na concepção de Sen e Mahbud, só existiria desenvolvimento quando os benefícios gerados pelo crescimento econômico proporcionassem à ampliação das capacidades, pois, sem esse atributo, não haveria condições para a criação de oportunidades na vida das pessoas. Dentro desse panorama, o processo de desenvolvimento expande as capacidades humanas e, conseqüentemente, as suas escolhas para uma vida plena e criativa, sendo as pessoas as beneficiárias e agentes do progresso e da mudança (VEIGA, 2010).

Na década de 1970, constatou-se que os resultados das estratégias convencionais de desenvolvimento já não eram mais suficientes, pois, apesar do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o meio ambiente enfrentava graves danos e com sérios impactos negativos. Nos anos 1980 conheceu-se, no Brasil, a “década perdida”, com forte presença de problemas como miséria, escassez de alimento, desnutrição, deterioração das condições de saúde e a degradação ambiental. Paralelamente, viu-se a adoção de um modelo econômico neoliberal, que promovia o crescimento pautado na exportação. Esse fato proporcionou, até certo tempo, o bom desempenho de algumas economias, mas com resultados não refletidos nos indicadores econômicos. Deve-se salientar ainda que esses instrumentos neoliberais criaram condições nas economias regionais, que, aliado às desvalorizações cambiais, promoveram mudanças do papel do setor agrário e aumento de sua rentabilidade (ALTIERI; MASERA, 2009). No entanto, segundo esses autores, todo esse processo acabou por não beneficiar os agricultores pobres, o que gerou aprofundamento da miséria, atomização social entre os agricultores e a intensificação da degradação ambiental.

Assim, no meio rural, foco de interesse deste trabalho, a crescente demanda dos atores sociais nos últimos anos passou a ser motivo para o debate sobre desenvolvimento e agricultura sustentável, o qual buscava limites e oportunidades no contexto agrícola e rural. E, nesse contexto, a noção de desenvolvimento procurou abranger as dimensões econômica, social e cultural da transformação estrutural da sociedade, já que a noção de crescimento tornou-se insuficiente para atender as transformações estruturais dos sistemas econômicos (ALMEIDA, 2009).

Para Caporal e Costabeber (2000), o desenvolvimento significaria a realização de potencialidades tanto na dimensão sociocultural quanto na dimensão econômica de uma sociedade, que estaria, por sua vez, em harmonia com o seu entorno ambiental. Assim, para os autores, a definição de desenvolvimento significaria, portanto, a busca das sociedades por um modelo de organização social e econômico dito desenvolvido.

Para Almeida (2009), o modelo de desenvolvimento que passa a ser almejado seria, portanto, aquele rico em alternativas e com capacidade de formular novas saídas, tanto para a crise social quanto para a ambiental. O autor complementa, ainda, que é preciso idealizar um desenvolvimento que tenha na dimensão social sua principal razão, transformando, via maior inserção e participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos.

Especificamente em relação ao desenvolvimento rural, Navarro (2001) coloca que esse conceito esteve associado, por muito tempo, ao apanhado de ações do Estado e dos organismos internacionais destinados às intervenções nas regiões rurais pobres, que, no caso, não conseguiam integrar-se ao processo de modernização agrícola. No Brasil, dentro desse contexto, as políticas de desenvolvimento rural eram colocadas como a solução viável para as regiões “atrasadas” (SCHNEIDER, 2010).

Pode-se ressaltar também, segundo Almeida (2009), que a ideia de desenvolvimento rural foca no desenvolvimento agrícola e torna-se ferramenta de transformação de uma agricultura arcaica para uma agricultura moderna. Por isso, a agricultura busca se integrar, cada vez mais, ao crescimento econômico para elevar a produção e, conseqüentemente, sua produtividade.

Para Kühn (2015), o desenvolvimento rural pode ser analisado, ainda, como a elevação da possibilidade de escolha das pessoas, que residem em determinadas regiões econômicas, estabelecidas

por relações socioeconômicas, geográficas e culturais, que evidenciam a utilização e preservação de aspectos relacionados à natureza. Navarro (2002) coloca, por sua vez, que o desenvolvimento rural, dentro desse contexto, pode ser compreendido como uma ação previamente articulada, que proporciona mudanças em um determinado ambiente social.

Entretanto, pode-se afirmar que o debate sobre o desenvolvimento rural é bem recente, iniciado, particularmente, a partir do início dos anos de 1990 e que se consolidou como uma questão de interesse na medida em que as interpretações sobre os processos sociais foram produzidas por estudiosos e mediadores (SCHNEIDER, 2010; CONTERATO, 2014).

Uma das conceituações mais atuais sobre desenvolvimento rural refere-se ao resultado das combinações de aspectos econômicos, sociais e institucionais (CONTERATO, 2014). Assim, o conceito de desenvolvimento rural pauta-se no descobrimento, sistematização, análise e potencialização dos elementos de resistência locais frente ao processo de modernização (SEVILLA GUZMÁN, 2001). Segundo esse autor, uma maneira mais eficaz para concretizar essa tarefa é potencializar as formas de ação social coletiva, pois possuem um potencial endógeno transformador.

Destarte, ao longo do tempo, o desenvolvimento rural tem se alterado gradativamente e tem incorporado novas variáveis importantes de análise. Todavia, deve-se ressaltar que a questão da melhoria do bem-estar das populações de áreas rurais sempre esteve presente em todas as definições de desenvolvimento rural. De acordo com Souza (2019), o fenômeno do desenvolvimento rural ocorre a partir do momento que as populações rurais, que fazem parte da sociedade, sentem as consequências das mudanças social e econômica. Para Kageyama (2006), a questão do desenvolvimento rural deve conectar duas dimensões: primeiramente a dimensão econômica, que se refere ao aumento do nível e estabilidade da renda familiar. Já a segunda, diz respeito à dimensão social, ou seja, englobando o nível de vida socialmente aceitável.

Para uma nova percepção do significado de desenvolvimento rural, quatro fatores, segundo Schneider (2010), foram importantes: i) a trajetória dos debates em torno da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira; ii) a crescente influência e ação do Estado no meio rural, que se deu tanto através das políticas para a agricultura familiar como das ações relacionadas à reforma agrária e segurança alimentar; iii) as mudanças no âmbito político e ideológico; e, iv) a relação com o tema da sustentabilidade ambiental.

Na década de 1980 e início dos anos de 1990, o Brasil vivenciou – após o seu processo de redemocratização aliado à Constituição Federal de 1988 e maior participação civil – políticas públicas, voltadas ao combate à pobreza e à promoção do desenvolvimento rural. Nesse quadro, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) se apresentou com um instrumento fundamental para o debate sobre a questão do desenvolvimento rural no país, em que se presenciaram intervenções nas áreas de crédito, de infraestrutura, de pesquisa e de assistência técnica (MATTEI, 2014).

Esses aspectos vêm corroborar com a importância de políticas de desenvolvimento rural, que inserem e enfatizam em sua agenda, por exemplo, a agricultura familiar como atividade prioritária (MATTEI, 2014; ORTEGA, 2007). Favareto (2010) coloca que a ascensão da ideia de agricultura familiar teve nos movimentos sociais um portador claro e prioritário para uma estratégia de desenvolvimento rural, pois esses movimentos desafiam a noção de que o desenvolvimento social somente poderia ser feito de cima para baixo (exógenos) e a partir das iniciativas do Estado, o que permitiu, assim, abertura para o desenvolvimento endógeno (ALTIERI; MASERA, 2009).

Sevilla Guzmán (2001) discute o conceito de desenvolvimento rural apoiado nos princípios da Agroecologia que, conforme Caporal e Costabeber (2000), deve ser vista como enfoque científico destinado a apoiar a mudança dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis. Sevilla Guzmán (2001) complementa, também, que a Agroecologia está baseada em alguns preceitos importantes, que auxiliam no redesenho, de forma participativa, das estratégias de desenvolvimento definidas a partir da própria identidade local.

Dentro dessa perspectiva, observaram-se, nesta seção, discussões sobre a evolução da noção de desenvolvimento e a importância do desenvolvimento rural segundo os principais autores selecionados para o embasamento deste trabalho. As principais linhas debatidas direcionam, portanto, para a relevância da necessidade do dinamismo econômico de pequenas localidades como fator propulsor para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais, principalmente, em pequenas unidades territoriais.

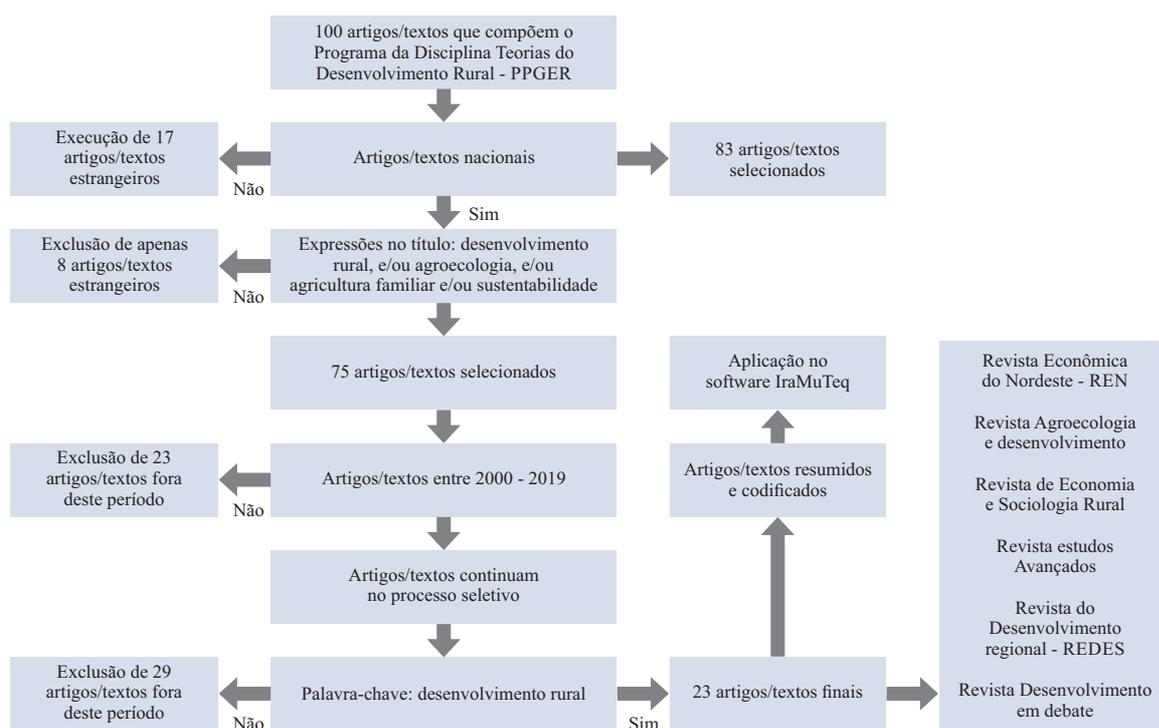
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 Origem dos dados e espaço temporal da pesquisa

Este trabalho, do tipo quali-quantitativo e exploratório, foi baseado no conjunto de 23 artigos/textos nacionais de um total de 100 artigos/textos, que constituem o programa da disciplina de Teorias do Desenvolvimento Rural, do Programa de Pós-Graduação em Economia Rural (PPGER) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Esse conjunto faz parte da leitura obrigatória e complementar da disciplina para que se entenda a temática do desenvolvimento rural no Brasil, e foram publicados entre o período de janeiro de 2000 a maio de 2019. Portanto, textos e artigos anteriores e posteriores a este período foram excluídos da análise, que se limitou aos estudos publicados em periódicos nacionais ou que compõem capítulos de livros sobre a temática (Figura 1). A coleta, seleção, codificação e categorização dos artigos/textos ocorreram durante os meses de junho e julho de 2019, momento em que se deu início a escrita científica do presente estudo.

Desta forma, obteve-se um corpo textual adequado para análise e discussão da presente temática, pois, dentre esses estudos, encontram-se autores importantes que debatem, de maneira profícua, a questão do desenvolvimento rural (ABRAMOVAY, 2000; NAVARRO, 2001; CAPORAL; COSTABEBER, 2000; ORTEGA, 2007; KAGEYAMA, 2008; ALTIERI; MASERA, 2009; FAVARETO, 2010; SCHNEIDER, 2010; CONTERATO, 2014).

Figura 1 – Procedimento metodológico de escolha dos artigos analisados



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

O período temporal escolhido justifica-se por coincidir com as políticas e programas direcionados à agricultura familiar implementados, ou até mesmo fortalecidos, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a partir de 2000, tais como: Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), em 2003; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), ambos em 2005.

Quanto aos critérios de inserção dos artigos/textos selecionados para análise ocorreram da seguinte forma: a) artigos de pesquisa que tinham, em seu título, a expressão desenvolvimento rural, e/ou Agroecologia, e/ou agricultura familiar e/ou sustentabilidade, em que uma das palavras-chave fosse, exatamente, a expressão desenvolvimento rural; b) artigos disponíveis na íntegra e online nos periódicos nacionais encontrados; c) recorte temporal de janeiro de 2000 a maio de 2019. Esses critérios recomendados são importantes para se ter um *corpus* que contenha textos centrados em um único tema ou assuntos específicos.

Estes artigos estão, principalmente, nos sites das seguintes revistas eletrônicas: Revista do Desenvolvimento Regional (REDES); Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR); Revista Econômica do Nordeste (REN); Agroecologia e desenvolvimento Rural; e Revista Desenvolvimento em Debate (Quadro 1). Os resumos dos 23 textos foram anexados em um único arquivo, para que pudessem compor o *corpus* de análise. Deve-se ressaltar que, durante a preparação desse material, fizeram-se leituras, correções e decodificações para não influenciar negativamente a obtenção do objetivo final do estudo. As preparações das codificações nos textos foram necessárias para auxiliar em resultados mais precisos, minuciosos e planejados. Assim, os erros na geração de dados nas análises e interpretações distorcidas foram evitados ao máximo.

Quadro 1 – Artigos selecionados para compor o *corpus* de análise

Artigos	Autor(es)	Ano	Título
Artigo_1	ALMEIDA, J.	2009	Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável.
Artigo_2	ALTIERI, M.; MASERA, O.	2009	Desenvolvimento rural sustentável na América Latina.
Artigo_3	CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.	2002	Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia.
Artigo_4	CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.	2000	Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural.
Artigo_5	DELGADO, N. G.; LEITE, S. P.	2011	Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores.
Artigo_6	MATTEI, L.	2014	O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo.
Artigo_7	SCHNEIDER, S.	2010	Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate.
Artigo_8	FAVARETO, A.	2010a	As tentativas de adoção da abordagem territorial do desenvolvimento rural – lições para uma nova geração de políticas públicas.
Artigo_9	FAVARETO, A.	2010	As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva uma década de experimentações.
Artigo_10	SEVILLA GUZMÁN, E.	2001	Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia.
Artigo_11	PICOLOTTO, E. L.	2014	Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil.
Artigo_12	NIEDERLE, P.A.; FIALHO, M.A. V.; CONTERATO, M.A.	2014	A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil – aprendizagens, esquecimentos e novidades.
Artigo_13	ABRAMOVAY, R.	2000	O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.
Artigo_14	CONTERATO, M. A.	2014	Desenvolvimento rural em Escala Microrregional: uma análise entre microrregiões fumicultoras e não fumicultoras no Rio Grande do Sul na primeira década do século 21.
Artigo_15	KÜHN, D. D.	2015	Desenvolvimento rural: afinal, sobre o que estamos falando.
Artigo_16	SCHLINDWEIN, M. M.; SANGALLI, A. R.; RODE, M.; STEFANELLO, V. M. R.	2015	Pesquisa e Extensão: a união de esforços para o enfrentamento dos desafios do desenvolvimento rural.
Artigo_17	ORTEGA, A. C.	2007a	Relações e Estratégias de (Des)envolvimento Rural: políticas públicas, agricultura familiar e dinâmicas locais no município de Espera Feliz (MG).
Artigo_18	ORTEGA, A. C.	2007	Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADS.

Artigo_19	SOUZA, R. P. de.	2019	O Desenvolvimento Rural no Estado do Rio de Janeiro a partir de Uma Análise Multidimensional.
Artigo_20	MELO, C. O. de; PARRÉ, J. L.	2007	Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização.
Artigo_21	NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S.	2011	Reestruturação Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural no Nordeste: A Diversificação da Agricultura Familiar do Polo Açu-Mossoró (RN).
Artigo_22	ORTEGA, A. C.; NUNES, E. M.; GO-DEIRO, K. F.	2004	Características e Limites de uma Experiência de Desenvolvimento Rural: o caso de Serra do Mel.
Artigo_23	NUNES, E. M.; ORTEGA, A. C.; GO-DEIRO, K. F.	2007	Desenvolvimento Rural em Áreas de Intervenção Estatal do Nordeste: o caso do projeto de irrigação Baixo-Açu.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

3.2 Procedimentos de análise: técnicas utilizadas

A análise lexical, conforme Carvalho e Justo (2013), rompe a barreira existente da dicotomia clássica entre quantitativo e qualitativo quando se tem uma análise de dados, pois permite a utilização de cálculos estatísticos sobre as variáveis que são qualitativas, no caso, o *corpus* textual considerado. Portanto, os métodos estatísticos aplicados a elementos textuais, que são essencialmente qualitativos, fornecem a abordagem quantitativa. De acordo com Lahlou (1994):

Les études qui appliquent alors la méthode statistique à l'analyse des textes regroupent souvent une série d'approches quantitatives portant sur l'ensemble des unités linguistiques que l'on peut répertorier dans un même texte (phonèmes, lexèmes) (LAHLOU, 1994, p.16).

Desta maneira, é possível descrever um determinado material, que foi produzido por um autor/sujeito, ou vários outros, a partir da utilização da análise textual (análise lexical), com uso dos métodos estatísticos adequados. Além disso, com a definição dos artigos, é possível compará-los em função de variáveis específicas, que narram quem produziu a respectiva escritura (CAMARGO; JUSTO, 2013). Esses autores informam que o *software* Interface de *R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ) é um instrumento adequado para atingir os objetivos da análise lexical, além de oferecer vários tipos de interpretações de dados textuais, a saber: lexicografia básica (cálculo da frequência de palavras) até análise multivariada (classificação hierárquica descendente e análise de similitude). Então, pode-se afirmar que a utilização desse *software* tem apresentado destaque em estudos qualitativos, pois possibilita, a partir do rigor metodológico, a realização de muitas análises estatísticas das informações contidas no corpo do texto analisado.

A vantagem do IRAMUTEQ é ser um *software* gratuito, que foi desenvolvido no idioma francês por Pierre Ratinaud (2009) sob a lógica da *open source*, licenciado pela GNU GPL (v2). Esse *software* organiza a distribuição do vocabulário de forma compreensível, claro e vinculado ao *software* estatístico R, que no caso foi utilizado a versão 3.6.3. (CAMARGO; JUSTO, 2013). Assim, para a análise, definiu-se, primeiramente, a utilização da análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), seguida da Análise Fatorial de Correspondência (AFC) e Análise de Similitude (Quadro 2).

Quadro 2 – Métodos e etapas de análise do *corpus* textual

Técnica	Definição
1 – Classificação Hierárquica Descendente (CHD)	Relacionado ao método proposto por Reinert (1990), o qual considera as partes de texto em função dos seus respectivos vocabulários. A CHD gera resultados para a elaboração de um dendograma com a frequência de uma palavra no texto, isto é, a quantidade de casos com as posições do texto em que cada palavra aparece em percentuais. Assim, o <i>corpus</i> passa a ser dividido em tantas classes quantas forem as associações resultantes do cálculo de cada item lexical. Com o dendograma obtém-se a frequência absoluta e o valor de qui-quadrado agregado (χ^2). Com a obtenção das classes de segmento de texto, tem-se a apresentação dos vocabulários semelhantes entre si, além de vocabulário diferente dos segmentos de texto das outras classes (CAMARGO, 2005). Conforme Camargo e Justo (2013), quanto mais elevado for o valor do χ^2 de uma palavra específica do <i>corpus</i> , mais representativa será a palavra. Para a análise da CHD ser adequada, deve-se gerar uma retenção mínima de 75% dos segmentos de texto, caso contrário não pode ser considerado para uma análise adequada aos dados coletados (MOURA <i>et al.</i> , 2014).
2 – Análise Fatorial de Correspondência (AFC)	O cálculo da AFC resulta do cruzamento das ocorrências de cada forma léxica do vocabulário do <i>corpus</i> com as classes resultantes da CHD, de forma a apresentar as relações existentes entre estas classes num plano cartesiano fatorial divididos em 4 quadrantes de coordenadas X e Y.
3 – Análise de Similitude	Este método auxilia na visualização das conexões entre os elementos textuais por meio de indicações de ligações entre as palavras, como se fosse uma rede neural. Quando se tem palavras maiores e em negrito, significa a relevância dela para essa ligação; além disso, quanto maiores forem as palavras, maior será a sua frequência e contribuição para a formação da árvore de conexões.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019) a partir de: Reinert (1990); Camargo (2005); Camargo e Justo (2013); Moura *et al.* (2014); Silva e Sousa (2018).

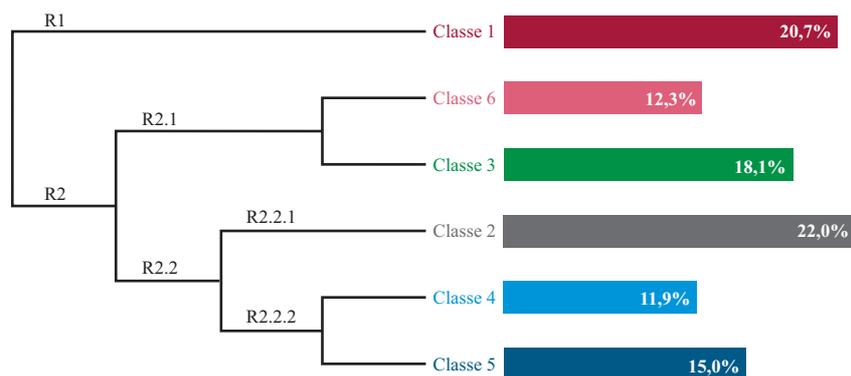
Para compor a análise deste artigo, consideram-se somente as formas ativas no *corpus* textual: advérbios, adjetivos, nomes comuns e verbos. Isto é, ocultaram-se outras formas como pronomes e formas complementares. Se essa separação não tivesse sido feita, muitas palavras poderiam não se apresentar como significantes para a análise, além do risco de ter uma quantidade excessiva de palavras, causando falta de nitidez e, conseqüentemente, possíveis sobreposições de palavras nos gráficos gerados pelo software.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO SOB A LUZ DA ANÁLISE LEXICAL DOS ESTUDOS BRASILEIROS SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL

Os resultados iniciais mostram que, dos 23 artigos analisados, o *software* IRAMUTEQ reconheceu a separação do *corpus* em 23 unidades de texto iniciais (UCE's), 252 segmentos de textos (ST), 2.205 formas distintas e 9.113 ocorrências de palavras no texto. As formas mais usadas foram: os substantivos (647 no total do *corpus*); verbo (310 no total); adjetivos (290 do total); e, por último, têm-se os advérbios com 64 ocorrências. Dos 252 segmentos de textos, foram retidos 227, ou seja, 90,08% do total de palavras, o que ficou acima do limite mínimo aceito de 75%, o que permite uma análise adequada do *corpus* textual (CAMARGO; JUSTO, 2013).

A partir deste momento, utilizou-se a análise de agrupamentos para possibilitar uma organização hierárquica de grupos de variáveis, que no caso são os vocábulos. A utilização dessa estrutura hierárquica, por intermédio de um dendograma, permite a construção de *cluster* e os conceitos que os formam. Dessa maneira, para a análise da CHD foi gerado um dendograma com seis classes (Figura 2), as quais possibilitam, primeiramente, delinear explicações sobre as formações de cada classe e, em seguida, buscar entender as aproximações e afastamentos entre as classes concebidas. Nessa análise, há duas formas de iniciar a interpretação: i) existência de classe solitária, que revela contexto único e pouca probabilidade de conexão com outras classes no ato da interpretação (sendo o caso da classe 1 deste estudo); e ii) quando se tem classes agrupadas com maior porcentagem, nesse caso, elas contemplam a maior parte do *corpus* analisado. A leitura correta do dendograma acontece, por sua vez, da esquerda para direita, de acordo com as similaridades entre os *clusters*.

Figura 2 – Classificação Hierárquica Descendente (CHD)



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

O *corpus* proporcionou a geração de seis *clusters*, que pertencem a duas categorias iniciais (R1 e R2) representativos das classes de palavras pertencentes ao vocabulário comum, o que indica duas possibilidades de discussão ou ideias características, que foram tratadas no conjunto de artigos que as formam. No *subcorpus* R1 tem-se apenas a classe 1 (vermelho), que se apresenta de forma isolada e representa 20,7% das palavras presentes no corpus geral da análise. Da categoria R2 teve-se a subdivisão em mais dois *subcorpus*, que, por sua vez, subdividiu-se em mais outros *subcorpus*. No *subcorpus* R2.1 tem-se as classes 6 (rosa) e 3 (verde), que ao todo representam 30,4% das palavras do corpus. Deve-se mencionar que, quanto mais próximas as classes, maior afinidade contextual e probabilidade de agrupamentos futuros na construção das categorias finais. No final, o *subcorpus* R2.2 é subdividido em mais dois *subcorpus* (R2.2.1 e R2.2.2). No primeiro aparece a classe 2 (cinza), de forma isolada, com 22% de participação, enquanto o segundo (R2.2.2) é composto pelas classes 4 (azul claro) e 5 (azul escuro), representando juntos 26,9% (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Para complementar a análise do CHD, tem-se, ainda, as informações de quais trabalhos formam cada classe (Quadro 3). Com esse processo, é possível identificar a formação das classes e os principais grupos de autores do *corpus* textual, que possuem proximidades em seus argumentos utilizados. Dessa maneira, nota-se que na classe 1 tem-se os trabalhos essencialmente da década de 2000, que trazem conceitos mais gerais de contextualização do desenvolvimento rural com sustentabilidade (SEVILLA GUZMÁN, 2001; ALMEIDA, 2009) e a menção da Agroecologia como proposta para o alcance desse desenvolvimento (CAPORAL; COSTABEBER, 2000; 2002).

Na classe 2 observam-se artigos com enfoque mais em estudos de casos, como o desenvolvimento rural no estado do Rio de Janeiro (SOUZA, 2019); índices de desenvolvimento rural nos municípios paranaenses (MELO; PARRÉ, 2007); e a reestruturação agrícola, institucional e desenvolvimento rural no Nordeste (NUNES; SCHNEIDER, 2011). Artigos que abordam a agricultura familiar no Brasil, assim como seu papel e importância no desenvolvimento rural, estão presentes na classe 3 (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014; MATTEI, 2014).

Na classe 4 observa-se a questão territorial, sendo discutida nos artigos de Abramovay (2000), que debate a questão do capital social e, também, no trabalho de Favareto (2010a), que traz a adoção da abordagem territorial do desenvolvimento rural. Já na classe 5, os textos focam nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil (FAVARETO, 2010; DELGADO; LEITE, 2011). Finalmente, na classe 6, os principais artigos trabalharam com o desenvolvimento territorial rural no Brasil (ORTEGA, 2007), a pesquisa e extensão para o enfrentamento dos desafios do desenvolvimento rural (SCHLINDWEIN *et al.*, 2015) e as relações estratégicas de (des)envolvimento rural (ORTEGA, 2007a).

Quadro 3 – Artigos selecionados que formam o Corpus de textos segundo suas classes

Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6
Sevilla Guzmán (2001)	Souza (2019)	Niederle; Fialho; Conterato (2014)	Abramovay (2000)	Favareto (2010)	Ortega (2007)
Caporal; Costabeber (2000)	Conterato (2014)	Conterato (2014)	Favareto (2010a)	Altieri; Masera (2009)	Schindwein;
Caporal; Costabeber (2002)	Kühn (2015)	Schneider (2010)		Delgado; Leite (2011)	Sangalli; Rode;
Almeida (2009)	Melo; Parré (2007)	Picolotto (2014)			Stefanello (2015)
	Nunes; Schneider (2011)	Nunes; Ortega; Godeiro (2007)			Ortega (2007a)
	Ortega; Nunes; Godeiro (2004)	Mattei (2014)			

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Para a construção do dendograma foram consideradas relevantes aquelas palavras que obtiveram frequência igual ou maior que a frequência média registrada, χ^2 maior ou igual à 20 e p de significância $\leq 0,0001$. Com esse dendograma foi possível observar os vocábulos que obtiveram maior porcentagem quanto à frequência média entre si e diferente entre elas. Na Tabela 1, cada classe foi representada pelas palavras mais significativas, e suas respectivas associações com a classe (χ^2) e principais artigos significativos.

A classe 1, corresponde a 20,7% do *corpus* com as palavras mais frequentes e significativas desses segmentos de textos, que são, por exemplo: “recurso”, “busca”, “tecnologia” e “natural” ($p < 0,0001$), extraídas, predominantemente, dos artigos 10, e 4, por ordem de significância. Ou seja, essas palavras possuem peso significativo no grupo dos artigos, que compõem a classe, com o χ^2 maior que 22. Dessa maneira, quanto maior o teste χ^2 , maior será a representatividade da palavra na classe à qual pertence, indicando força de associação da palavra com a classe. A classe 2 corresponde a 22,03% do *corpus* e os vocábulos mais frequentes e significativos desses segmentos de textos foram: “população”, “economia”, “diverso” e “manter” ($p < 0,0001$), extraídas, essencialmente, do artigo 19. A classe 3 responde por 18,06% do *corpus* e está associada diretamente à classe 6. As palavras mais frequentes e significativas desses segmentos de textos foram: “político”, “debate”, “tema” e “discussão”, oriundas do artigo 12, que se mostrou significativo para esta classe.

Tabela 1 – Vocábulos estatisticamente significativos em cada *cluster* do *corpus* textual

Palavra	Porcentagem	χ^2	p
CLASSE 1 (20,7%)			
Recurso	76,47	34.81	< 0,0001
Busca	78,57	30.41	< 0,0001
Tecnologia	100,00	27.66	< 0,0001
Natural	87,5	22.53	< 0,0001
ARTIGOS			
Artigo 10	84,62	34.31	< 0,0001
Artigo 4	100,00	31.76	< 0,0001
CLASSE 2 (22,03%)			
População	75,00	28.12	< 0,0001
Econômico	60,71	27.83	< 0,0001
Diverso	100,00	18.10	< 0,0001
Manter	100,00	18.10	< 0,0001
ARTIGOS			
Artigo 19	92,31	39.66	< 0,0001
CLASSE 3 (18,06%)			
Político	53,49	44.99	< 0,0001
Debate	100,00	42.51	< 0,0001
Tema	83,33	36.47	< 0,0001
Discussão	88,89	31.77	< 0,0001

ARTIGOS			
Artigo 12	63,64	16,22	< 0,0001
CLASSE 4 (11,89%)			
Região	66,67	55,97	< 0,0001
Mercado	70,00	33,70	< 0,0001
Dinâmico	63,64	29,53	< 0,0001
Civil	80,00	22,63	< 0,0001
ARTIGOS			
Artigo 13	58,33	26,07	< 0,0001
Artigo 8	50,00	17,56	< 0,0001
CLASSE 5 (14,98%)			
Território	61,54	23,48	< 0,0001
Básico	83,33	22,61	< 0,0001
Territorial	46,15	22,41	< 0,0001
Instituição	63,64	21,49	< 0,0001
ARTIGOS			
Artigo 9	54,55	14,21	0,00016
CLASSE 6 (12,33%)			
Contar	100,00	36,34	< 0,0001
Técnica	75,00	30,11	< 0,0001
Assistência	100,00	28,94	< 0,0001
Segurança	100,00	21,61	< 0,0001
ARTIGOS			
Artigo 18	100,00	51,33	< 0,0001

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

A classe 4 representa 11,89% do *corpus* e está associada diretamente à classe 5. Os vocábulos mais frequentes e significativos desses segmentos de textos ficaram sendo: “região”, “mercado”, “dinâmico” e “civil” ($p < 0,0001$), que foram derivadas dos artigos 13 e 8. A classe 5, por sua vez, representa 14,98% do *corpus*, cujos vocábulos mais frequentes e significativos desses segmentos de textos são: “território”, “básico”, “territorial” e “instituição” ($p < 0,0001$), advindas do artigo 9. Na sequência, tem-se a classe 6, ligado a classe 3, cujos vocábulos mais frequentes e significativos geraram: “contar”, “técnica”, “assistência” e “segurança”, que foram retirados do artigo 18, principalmente.

Desta maneira, os *clusters* de palavras revelam a divisão temática embutida nos estudos dos artigos sobre desenvolvimento rural. Deve-se lembrar que a combinação de *clusters* 6 e 3 tende a ter mais afinidade entre si, assim como acontece com as classes 4 e 5. Os assuntos trabalhados no primeiro grupo de *clusters* incluem temas ligados à pesquisa científica em relação à política, debate, Estado, agricultura familiar e segurança alimentar (classe 3), que interagem, intimamente, com os temas assistência técnica, estabelecer desenvolvimento sustentável, luta e capacitação (classe 6). Já no segundo grupo, têm-se estudos que trazem, por exemplo, os vocábulos território, territorial, ator, inovação, cooperação, capital social e produtivo (classe 5), que se relacionam, por sua vez, com temas sobre região, dinâmica, mercado, diversificado etc. (classe 4). Os artigos que compõem a classe 1 revelam que os autores debatem sobre desenvolvimento rural, focando nos quesitos sustentável e sustentabilidade.

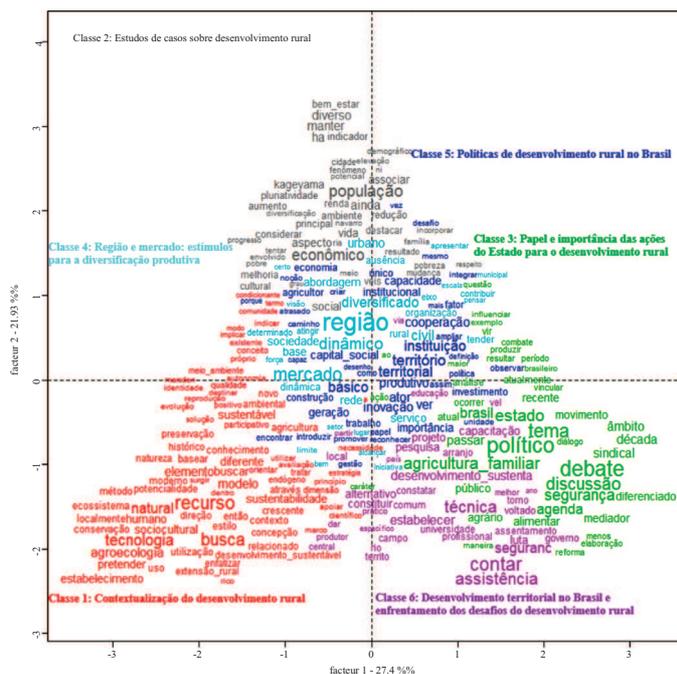
Pode ser observado, também, que os autores que compõem o *cluster* 1 tratam o desenvolvimento rural sob a perspectiva da sustentabilidade, enfatizando a Agroecologia como um meio para tal fim. Na classe 2, a população rural aparece como uma das preocupações nos estudos dos autores, ou seja, o progresso e modernização da agricultura, o desenvolvimento sustentável, as políticas de segurança alimentar e a própria conceituação do desenvolvimento rural estão diretamente ligadas à melhoria das condições de vida dessa população. O grupo de autores que formam a classe 3 traz discussões e debates sobre o desenvolvimento rural e a importância das ações e políticas de Estado para o alcance desse objetivo maior.

Na classe 4, os trabalhos enfatizam, dentre outros, os quesitos região e mercado, em que se tem o estímulo pela diversificação das atividades do meio rural como mecanismo de aproveitar os nichos de mercado. Os autores que formam o *corpus* textual da classe 5, que se utilizam de argumentos mais próximos ao da classe 4, enfatizam os aspectos território e territorial na discussão sobre desenvolvimento rural. Isto é, colocam, por exemplo, que o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas e que proporcionam o desenvolvimento. Depois, na classe 6, tem-se a assistência técnica, extensão rural e capacitação como elementos chaves para o desenvolvimento rural, pois auxiliam na redução da pobreza rural e estimulam o aumento das oportunidades potenciais da população pobre rural.

Após a realização do processamento dos dados, deu-se início a análise dos mesmos, o qual se baseou na abordagem qualitativa. Dessa forma, utilizou-se a Análise Fatorial de Correspondências (AFC), que, mesmo apresentando relativa complexidade, mostra a distribuição dos elementos lexicais em seus respectivos campos léxico-semânticos (classes/categorias). A lógica da interpretação do AFC reside na informação de que, quanto mais próximo os artigos estiverem um do outro no plano, mais os assuntos abordados possuem argumentos afins. Caso contrário, o AFC indicará explicações de oposição entre os argumentos expostos pelos trabalhos científicos coletados. Assim, nota-se que a classe 1 (vermelha) não se mescla com os demais vocábulos que formam as outras classes. No geral, em relação às demais classes, constata-se que os grupos de palavras das classes interagem mais com outros artigos do *corpus* da análise (Figura 3). Deve-se ressaltar, neste momento, que esse mapa fatorial foi obtido por meio da consolidação dos vocábulos mais frequentes em cada classe, o que possibilitou a extração de dois fatores principais: fator 1 (linha horizontal), que explica 27,4% da variância dos vocábulos; e o fator 2 (linha vertical), que explica 21,93% da variância.

Um dado interessante é a proximidade das classes 5 (azul escuro), 3 (verde), 4 (azul claro) e 2 (cinza). Assim, deduz-se, dos artigos/textos científicos analisados, que o desenvolvimento rural está, de alguma maneira, em conexão com as temáticas políticas públicas, social, econômico, capacitação, região, território, inovação, cooperação, urbano e rural. De um modo geral, pode-se constatar que os artigos que versam sobre as políticas de desenvolvimento rural aparecem interligados com estudos sobre o papel e importância das ações do Estado para o desenvolvimento rural e com trabalhos que estudaram o desenvolvimento territorial no Brasil, além de trabalhos que trataram sobre região e mercado.

Figura 3 – Análise fatorial de correspondência (AFC)



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

É possível visualizar, ainda, que nas extremidades dos quadrantes do plano, alguns termos aparecem relativamente isolados, sem relação com termos de outros textos da análise. Esse fato pode revelar prováveis *gaps* teóricos existentes no *corpus* textual considerado, que podem ser explorados futuramente em novos estudos, tais como: debate; discussão e agricultura familiar (quadrante direito inferior); tecnologia; Agroecologia; ecossistema; potencialidade; desenvolvimento sustentável (quadrante esquerdo inferior); pluriatividade; diversificação; bem-estar (quadrante esquerdo superior). Esse comportamento é notório quando se observa a pouca interação existente entre o grupo de artigos que estudaram casos específicos de desenvolvimento rural no Brasil e aqueles que trataram sobre os aspectos de contextualização do desenvolvimento rural com sustentabilidade e Agroecologia. Assim, esta representação fatorial obtida comprovou a ligação existente, principalmente, entre as classes 4, 5 e 2, e 6 e 3. Enquanto o grupo de artigos que formam a classe 1 continuou isolado das demais, com pouca interação.

Uma possível explicação para a existência desses *gaps*, neste caso, é o fato de os artigos/textos analisados se limitarem a explicar essas temáticas sem, contudo, adentrarem na questão da satisfação do mercado consumidor em relação à cadeia alimentar, deixando, portanto, uma incitação para estudos posteriores. Esse fato se explica, hoje, pelas exigências que esse mercado consumidor impõe, principalmente, aos agricultores familiares. Uma dessas exigências se refere à garantia da segurança alimentar, em que a diversificação produtiva surge para atender a demanda da sociedade por produtos de melhor qualidade, repassando esta responsabilidade para os agricultores familiares.

Deve-se salientar que esses aspectos começaram a ser estudados na literatura brasileira, de forma mais incisiva, em meados da década de 2000, o que justifica o fato de estarem ausentes nos artigos da classe 1, que abrangia os estudos até o ano de 2009. Isso reforça, conseqüentemente, a necessidade da ampliação de novos estudos relacionados à influência do mercado nas ações dos agricultores. Nessa classe depara-se, ainda, com a ideia de que o desenvolvimento rural é elemento estratégico de transformação de uma agricultura arcaica para uma agricultura moderna, em que se obtém elevação da produção, do crescimento econômico e da produtividade (ALMEIDA, 2009). Nesse contexto, a Agroecologia desponta, nos textos da classe 1, como um dos pilares para o alcance do desenvolvimento rural e para a agricultura sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, 2000; SEVILLA GUZMAN, 2001).

Outro grupo de vocábulos importantes neste processo avaliativo é o pertencente à classe 2 (bem-estar, manter, cidade, progresso, cultura, aspecto e econômico), que se interrelaciona, de forma mais íntima, com as classes 5 e 3. Nesse ponto, o conjunto de textos analisados evidencia que a questão da melhoria do bem-estar das populações rurais sempre esteve presente nos debates e estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil, em que este ocorre quando essas populações sentem as conseqüências das mudanças econômicas e sociais em suas vidas, dentre elas, elevação das possibilidades de escolha, estímulos para sua manutenção no campo e preservação da natureza (KÜHN, 2015; SOUZA, 2019).

Especificamente no quesito atuação estatal, evidencia-se a necessidade do papel ativo do Estado via implementação de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, buscando, sobretudo, a elevação do bem-estar da população no campo. Na possibilidade de atingir tal objetivo, esse público beneficiado passaria a ser “sujeitos” de um processo de mudança, empoderados em seus territórios para vivenciar sua cultura e seu progresso econômico.

Schneider (2010) aponta, em seu trabalho, que a crescente e importante atuação do Estado no meio rural seguiu em duas direções: políticas para agricultura familiar e reforma agrária e ações para segurança alimentar. Ortega (2007) e Mattei (2014) corroboram com a discussão ao colocarem as políticas para promoção do desenvolvimento rural como fundamentais para a agricultura familiar, as quais a destacam como atividade prioritária para reduzir a pobreza rural. Portanto, a agricultura familiar emerge, desse conjunto de textos, como elemento estratégico para o desenvolvimento rural (FAVARETO, 2010).

rural. Isso mostra, portanto, que, em boa parte dos resumos dos respectivos artigos, que compõem o *corpus* léxico, os autores foram levados a debater e discutir aspectos transversais relacionados efetivamente ao desenvolvimento rural, o qual, provavelmente, era o objeto de suas pesquisas. Por esse motivo, com base nas informações obtidas, confere-se que o *corpus* tem na expressão desenvolvimento rural a sua centralidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste estudo foi alcançado através uma revisão teórica sistemática sobre o desenvolvimento rural no cenário brasileiro, entre os anos de 2000 e 2019, a partir da análise lexical por meio do *software* IRAMUTEQ, tendo como corpo teórico 23 artigos que trabalharam com esse tema.

O *software* IRAMUTEQ dividiu o *corpus* em seis *clusters*, subdividido em três *subcorpus* (R1, R2 e R3). No *subcorpus* R1 tem-se a classe 1, representando 20,7% das palavras da classe sobre o total das palavras presentes no *corpus* geral da análise. Nessa classe observaram-se trabalhos que trazem conceitos mais gerais de contextualização da expressão desenvolvimento rural com sustentabilidade, além da menção da Agroecologia como proposta para o alcance desse desenvolvimento.

Do *subcorpus* R2 originam as classes 6 e 3, o que representou 30,4% das palavras do *corpus*. Notou-se que os artigos que debatem agricultura familiar no Brasil, assim como seu papel e importância no desenvolvimento rural, estão presentes na classe 3, enquanto na classe 6, os principais artigos trabalharam com o desenvolvimento territorial rural no Brasil, pesquisa e extensão para o enfrentamento dos desafios do desenvolvimento rural e as relações estratégicas de desenvolvimento rural.

Por fim, o *subcorpus* R3 foi subdividido em mais dois *subcorpus* (R3.1 e R3.2). No primeiro aparece a classe 2, com 22% de participação, enquanto o segundo (R3.2) é composto pelas classes 4 e 5, representando juntos 26,9%. Na classe 2, os artigos agrupados debatem o desenvolvimento rural de maneira regionalizada por estados brasileiros e regiões, como foi o caso de estudos no Rio de Janeiro, Paraná e região Nordeste do país. Já na classe 5, foram agrupados os textos com temática sobre políticas de desenvolvimento rural no Brasil.

A combinação dos *clusters* 6 e 3 tende a ter mais afinidade entre si por essas classes estarem no mesmo ramo, assim como acontece com as classes 4 e 5. Os assuntos trabalhados no primeiro grupo de *clusters* incluem temas ligados à pesquisa científica em relação a político, debate, Estado, agricultura familiar e segurança alimentar, e que se relacionam intimamente com os temas assistência técnica, estabelecer, desenvolvimento sustentável, luta e capacitação. Já no segundo grupo, tem-se estudos que trazem território, territorial, ator, inovação, cooperação, capital social e produtivo, que se relacionam, por sua vez, com temas sobre região, dinâmica, mercado, diversificado, urbano etc.

Em suma, com os resultados encontrados, deduz-se que o desenvolvimento rural está, de alguma maneira, em conexão direta com as temáticas políticas públicas, social, econômico, capacitação, região, território, inovação, cooperação, urbano e rural. É possível visualizar, ainda, que alguns vocábulos aparecem relativamente isolados, sem relação com termos de outros textos da análise. Esse fato pode revelar prováveis *gaps* teóricos existentes no *corpus* textual considerado, que podem ser explorados futuramente em novos estudos, tais como debates e discussões sobre agricultura familiar e Agroecologia ligados a pluriatividade, diversificação e bem-estar.

Para concluir, confere-se que o *corpus* tem na expressão desenvolvimento rural a sua centralidade e, conseqüentemente, é a expressão mais utilizada pelos 23 trabalhos científicos selecionados neste artigo, o que indica o esforço dos debates e estudos recentes na busca por novas estratégias de desenvolvimento rural para as ações das políticas públicas. Nesse ponto, a partir disso, abrem-se novas possibilidades para outros estudos, pois a escolha de apenas uma palavra-chave mostrou-se o primeiro fator limitante para esta pesquisa, o que poderá ser superado com a inserção de outras palavras no procedimento seletivo do *corpus* textual. O segundo fator limitante

refere-se à abrangência dos dados coletados, recomendando a sua ampliação com a inclusão de estudos publicados em plataformas de pesquisas, tanto no âmbito nacional quanto internacional, o que permitirá uma abordagem comparativa acerca do tema desenvolvimento rural e suas particularidades em distintas realidades.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios repensando o desenvolvimento rural. In: **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideias na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ALTIERI, M.; MASERA, O. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideias na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. In: **Revista Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n. 1, p. 16-37, 2000.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 3, p. 70-85, 2002.
- CONTERATO, M. A. Desenvolvimento rural em Escala Microrregional: uma análise entre microrregiões fumicultoras e não fumicultoras no Rio Grande do Sul na primeira década do século 21. In: **Revista do Desenvolvimento Regional (REDES)**, v. 19, n. 3, p. 11-30, 2014.
- DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 2, p. 431-473, 2011.
- ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 59-83, 2000.
- FAVARETO, A. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva uma década de experimentações. In: **Revista Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 47-63, 2010.
- FAVARETO, A. As tentativas de adoção da abordagem territorial do desenvolvimento rural – lições para uma nova geração de políticas públicas. In: Dossiê: Território, sustentabilidade e ação pública (PIRAUX, M.; CANIELLO, M. – Orgs.). **Raízes**, v. 28, n. 1 e 2 e v. 29, n. 1, p. 52-62, jan./2009 a jun./2010.
- GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. In: **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília**, v. 23, n. 1, p.183-184, 2014.
- KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural Conceitos e Aplicação ao caso Brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

- KÜHN, D. D. Desenvolvimento rural: afinal, sobre o que estamos falando. In: **Revista do Desenvolvimento Regional** (REDES), v. 20, n. 2, p. 11-30, 2015.
- LAHLOU, S. L'analyse lexicale. In: **Variances**, n. 3, p. 13-24, 1994. Disponível em: [http://eprints.lse.ac.uk/32941/1/L%27analyse_lexicale_\(lsero\).pdf](http://eprints.lse.ac.uk/32941/1/L%27analyse_lexicale_(lsero).pdf). Acesso em: maio 2019.
- MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. In: **Revista Econômica do Nordeste** (REN), número especial Agricultura Familiar, v. 45, p. 1-09, 2014.
- MELO, C. O. de; PARRÉ, J. L. Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, p. 329-365, 2007.
- MELO, T.J.A. **Utilidade social em empreendimentos da economia solidária: o caso das mulheres do artesanato (Natal/RN)**. Dissertação (Mestrado em Administração) do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 83 f., 2018.
- MOURA, L. K. B.; SOUSA, Y. T. C. S.; MARCACCINI, A. M.; PIAGGE, C. S. L. D.; ALVES, M. S. C. F.; MOURA, M. E. B. Produção Científica sobre Saúde Bucal de Idosos no Brasil. In: **Revista Interdisciplinar**, v. 7, n. 4, p. 179-188, 2014.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: **Revista Estudos Avançados**, v. 15, n. 44, p. 83-100, 2001.
- NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural** [online], v. 52, Supl.1, p. 9-24, 2014.
- NUNES, E. M.; ORTEGA, A. C.; GODEIRO, K. F. Desenvolvimento Rural em Áreas de Intervenção Estatal do Nordeste: o caso do projeto de irrigação Baixo-Açu. In: **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 3, 2007.
- NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S. Reestruturação Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural no Nordeste: A Diversificação da Agricultura Familiar do Polo Açu-Mossoró (RN). In: **Revista Econômica do Nordeste** (REN), v. 44, n. 3, p. 601-626, 2013.
- ORTEGA, A. C. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos consaDs. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, p. 275-300, 2007.
- ORTEGA, A. C. Relações e Estratégias de (Des)envolvimento Rural: políticas públicas, agricultura familiar e dinâmicas locais no município de Espera Feliz (MG). In: **Revista Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, p. 275-300, 2007a.
- PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. In: **Revista Economia e Sociologia Rural**, v. 52, Supl.1, p. S063-S084, 2014.
- REINERT, M. ALCESTE, une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurélia de G. de Nerval. In: **Bulletin de Métho-dologie Sociologique**, v. 26, n. 1, p. 24-54, 1990.
- ROSENTHAL, D. Capacitação Tecnológica no Brasil: por que as políticas de C, T & I são poucos eficazes? In: AMARAL FILHO, J.; CARRILO, J. (Coord.). **Trajetórias de desenvolvimento local e regional: uma comparação entre a região nordeste do Brasil e a Baixa Califórnia, México**. Rio de Janeiro, E-papers, 2011.

- SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. In: **Estudos Avançados**, v. 9, n. 25, p. 29-63, 1995.
- SALGADO, R.J.S.F.; DIAS, M.M.; SOUZA, W.J. Agricultura familiar, extensão rural e soberania e segurança alimentar e nutricional: delimitando categorias analíticas à luz da implantação do Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil. In: **Mundo Agrário**, v. 21, n. 48, 2020.
- SAMPAIO, R.F.; MANCINI, M.C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. In: **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.
- SCHLINDWEIN, M. M.; SANGALLI, A. R.; RODE, M.; STEFANELLO, V. M. R. Pesquisa e Extensão: a união de esforços para o enfrentamento dos desafios do desenvolvimento rural. In: **Revista do Desenvolvimento Regional (REDES)**, v. 20, n. 3, Suplemento, p. 203-225, 2015.
- SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. In: **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.
- SILVA, R.A.F.; SOUSA, M.M. Análise Lexical por meio do software Iramuteq: Estudo do Significado do Trabalho do Juiz. In: **Anais XXI SemeAd: Seminários em Administração**. Novembro de 2018. Disponível em: <https://login.semead.com.br/21semead/anais/arquivos/599.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.
- SOUZA, A.F. **Programa de aquisição de alimentos em Paula Cândido, MG**: um mecanismo de empoderamento dos agricultores familiares? Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 160f., 2018.
- SOUZA, R. P. de. O Desenvolvimento Rural no Estado do Rio de Janeiro a partir de Uma Análise Multidimensional. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 1, p. 109-126, 2019.
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**: O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.